

*Arbitrage International Commercial (International Commercial Arbitration)* — 1 vol. de 483 pp.. Dalloz et Sirey, Paris, s. d.

A União Internacional dos Advogados empreendeu a publicação de uma série de monografias, nas quais se estudam, do ponto de vista profissional, muitos problemas de interesse comum à advocacia de quase todos os países.

Acaba de sair o primeiro volume da colecção, relativo à arbitragem internacional comercial, produto de uma cooperação jurídica internacional que abrange a contribuição de cerca de vinte nações e fornece preciosos informes acerca do direito e da prática da matéria em cada uma delas.

A parte referente a Portugal foi confiada ao prof. doutor ADELINO DA PALMA CARLOS, representante justamente qualificado da nossa cultura jurídica e que analisa, com precisão e nitidez, o sistema de arbitramento articulado no actual Código de Processo Civil.

Como estava naturalmente indicado numa obra de feição colectiva, todos os estudos são reproduzidos em francês e inglês e estão precedidos de um desenvolvido estudo do compilador, o advogado holandês PIETER SANDERS.

Trata-se, em suma, de um trabalho de grande alcance, recheado de ensinamentos muito úteis a todos os advogados, pois fornece não apenas indicações sobre a lei, a jurisprudência e a prática em cada país, como também sobre a execução das sentenças arbitrais estrangeiras noutros países, além de quantas informações se reputam essenciais para um melhor conhecimento da matéria versada.

PINHEIRO FARINHA (João de Deus) — *Código penal português actualizado e anotado* — 1 vol. de 424 pp.. Colecção Jurídica Portuguesa, Edições Ática, Lisboa, 1957.

O autor, sem favor um dos nossos mais distintos magistrados, lançou-se na meritória empresa de publicar, devidamente actualizados e anotados, alguns dos nossos códigos vigentes.

Depois do Código da Estrada, saído com um pequeno intervalo da sua promulgação, veio há pouco a lume esta edição do Código Penal, harmonizada com os últimos decretos e anotada com referência às mais recentes decisões judiciais, todas criteriosamente seleccionadas; e valorizada ainda com apontamentos e alusões doutrinárias do maior interesse.

Estamos em presença, pois, de um trabalho elaborado com o maior escrupulo e proficiência e cujo manuseio se tornará doravante indispensável a todos os profissionais do foro.

MONTELOBO (Augusto) — *Técnica processual do inventário orfanológico* — 1 vol. de 231 pp.. Cisial, Anadia, 1954.

Justos louvores são devidos ao autor pela publicação desta sua monografia. Nela foi acertadamente adoptada uma técnica que parece a mais eficiente: depois de dar, de cada acto processual, um modelo tanto quanto possível completo e interdependente, o autor indica, em nota marginal, a legislação aplicável e ainda qualquer outra referência julgada de utilidade.

Em suma, uma obra de feição exclusivamente prática, que não é demais recomendar como seguro roteiro no desbravar de tantos preceitos legais a tal matéria atinentes.

CASTRO DUARTE (Teófilo de) & DIAS MARQUES (José) — *Legislação mineira (Metrópole e Ultramar)*, vols. I e II — 2 vols. de 156-1 pp. e 2-100 pp.. Edições Lex, Lisboa, 1954.

De há muito se fazia sentir a falta de uma compilação inteiramente actualizada e sistematizada da nossa legislação mineira, metropolitana e ultramarina, de modo a tornar mais fácil e expedita a consulta dos variadíssimos diplomas dispersos pela folha oficial.

Deve-se esse trabalho, agora, ao excelente critério dos AA., que produziram sem dúvida uma obra do maior préstimo, pois, inserindo o texto dos dois diplomas considerados fundamentais, o fizeram seguir, em criteriosa ordenação, de quantos se publicaram posteriormente e lhes modificaram de algum modo o âmbito da sua vigência.

Edição cuidada da nova editorial «Edições Lux».

ALMEIDA LANGHANS (F. P. de) — *Estudos de direito* — 1 vol. de 419 pp.. Coimbra, 1957.

É a reunião, em volume de esmerado apuro gráfico, de trabalhos de vária índole, enfeixados sob aquela designação genérica. Todos ou quase todos os que o integram são já conhecidos dos estudiosos, e um deles — por certo, até, que dos mais sugestivos, sobre «A concepção fenomenológica do direito» — viu a luz da publicidade num dos primeiros números desta *Revista*.

Bem andou a Universidade de Coimbra, por ordem de quem se fez a edição, em garantir deste modo uma mais longa duração a estudos que de todo o ponto a merecem, tão fielmente neles se reflecte o fino espírito de investigador e de erudito do seu autor.